

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Guilherme Felix/CB/D.A Press



PT-DF tem novo presidente e abre discussões para 2026

Guilherme Sigmaringa tomou posse, ontem à noite, na presidência do PT-DF, com discurso de unidade e defesa do governo Lula. Ele assume com o compromisso de construir um caminho do partido para as eleições de 2026: candidatura própria ao governo ou aliança de esquerda. Mas a prioridade estratégica do PT é eleger a deputada federal Érika Kokay (PT) senadora e vencer a disputa presidencial no Distrito Federal. Há uma avaliação de que, num eventual quarto mandato de Lula, o principal enfrentamento será no Senado.

Redes Sociais



Bem distante

Neste ano, o governador Ibaneis Rocha (MDB) vai para bem distante da Esplanada dos Ministérios no 7 de Setembro. Ele estará em Washington, capital dos Estados Unidos, para participar de seminário do Lide, ao lado do ex-governador de São Paulo João Doria. Celina Leão (PP) também não estará ao lado do presidente Lula. Ela vai acompanhar o desfile no Centro de Operações da Secretaria de Segurança Pública.

Carlos Vieira/CB/D.A Press

No jogo

A pesquisa Paraná divulgada nesta semana sobre as eleições de 2026 apresenta um dado que chamou a atenção: José Roberto Arruda aparece em segundo lugar em eventual candidatura ao Palácio do Buriti. Como a coluna mostrou ontem, o ex-governador aparece com 16% das intenções de votos. Bem abaixo da vice-governadora Celina Leão (PP), que tem mais que o dobro (37,2%), mas sinaliza que o ex-governador pode dar trabalho.



Novo mandato

Em novembro, termina o mandato do ex-deputado Raimundo da Silva Ribeiro Neto como diretor-presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa). Mas ele deve passar mais cinco anos no cargo. O governador Ibaneis Rocha encaminhou à Câmara Legislativa pedido de recondução de Ribeiro.



Marilena Lins



"O PT TEM NOMES PARA CONCORRER, TANTO QUE JÁ ESTÃO APRESENTADOS, MAS OUTROS PARTIDOS OBTIVAMENTE TAMBÉM TÊM SEUS NOMES E O QUE NÓS PRECISAMOS É TER A TRANQUILIDADE DE ANALISAR QUAL É A MONTAGEM DESSE DESSA CHAPA QUE NOS DARÁ MELHORES CONDIÇÕES"

À QUEIMA-ROUPA

ROSILENE CORRÊA, DIRETORA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE)

Dois políticos do PT se apresentam como interessados em se candidatar ao GDF, Leandro Grass e Geraldo Magela. Acredita que haverá prévias no partido?

Prévias é algo que está previsto no PT, já tivemos em outros momentos e não se pode descartar. Agora nós também ainda estamos dentro de um processo que é perfeitamente possível consensuar. E acho que é o que é mais louvável. Quanto menos você tensionar, quanto menos você criar um clima de disputa interna, melhor. Mas também é legítimo que se coloque para a militância tomar essa decisão, uma vez não sendo possível consensuar nesse nome. É legítimo e está previsto que a militância possa participar da decisão. Então hoje ainda é cedo para afirmar se

teremos ou não prévias para definir o candidato do PT.

Na sua avaliação, o PT deve lançar candidatura própria ao Buriti ou é possível uma aliança com outros partidos progressistas, como o PSB?

O cenário é desafiador e eu entendo que não é responsabilidade exclusiva do PT, muito pelo contrário é do PT e também de todos os outros partidos do campo progressista que tenham compromisso com a população do DF, para buscar consensuar o nome ou uma chapa que tenha maior viabilidade para 2026. O PT tem nomes para concorrer, tanto que já estão apresentados, mas outros partidos obviamente também têm seus nomes e o que nós precisamos é ter a tranquilidade de analisar qual

é a montagem desse dessa chapa que nos dará melhores condições. Acho que é isso que precisa prevalecer sem vaidade, sem nenhuma arrogância.

Na última eleição, seu nome foi cogitado para candidatura ao governo e você acabou concorrendo ao Senado. Qual é o seu plano para 2026?

Meu nome sempre esteve à disposição do partido. Acho que isso é papel de qualquer militante. Em 2022, foi dada a tarefa da candidatura ao Senado e a militância prontamente assumiu esse desafio junto comigo e o resultado foi, inclusive, surpreendente, porque nós tivemos mais de 356 mil votos e, portanto, agora o nome está à disposição do partido. Vamos ver qual é a necessidade do partido para 2026.

Acredita que a polarização nacional da última eleição estará presente em 2026?

Acho que, sem dúvidas, o Brasil hoje vive um outro momento. O governo Lula traz o Brasil para um outro momento, para uma outra instância da sua relação exterior com o mundo, e também o Brasil internamente, com queda do desemprego, com fim da fome, enfim, fortalecimento de várias políticas que foram retomadas. Então, você tem mesmo um outro Brasil, apesar da polarização. Mas nesta semana nós estamos vivendo um momento histórico para o Brasil, que são os julgamentos que estão acontecendo e que isso só vai reafirmar as verdades que precisam ser reafirmadas. Precisam pautar

também a nossa política porque isso vai mostrando para a população quem são de fato os inimigos desse país. Isso vai nos colocar também numa condição muito mais favorável de transparência dessas relações para 2026.

O que muda no PT-DF sob o novo comando, agora com Guilherme Sigmaringa na presidência?

Muda a geração que vai dirigir o partido. Símbolo da renovação necessária. Muda que a aposta na unidade, tão ampla quanto possível, foi central na escolha da candidatura do Guilherme e na sua eleição. Muda pelo posicionamento interno do Guilherme junto às correntes políticas, mais de escuta por não ser parte na disputa interna. Muda pelo seu perfil de diálogo.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

FCDF / Para aumentar salário das forças de segurança, o GDF propôs nova divisão dos recursos do Fundo Constitucional do DF entre as áreas a que é destinado. A redistribuição traz diminuição da fatia destinada às outras duas áreas

Divisão afeta saúde e educação

» MILA FERREIRA

Chegou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que propõe o remanejamento dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) para 2026. A proposta, elaborada pelo Governo do Distrito Federal (GDF), sugere uma nova divisão do recurso entre as áreas que cobre, de forma a abrigar um reajuste salarial às forças de segurança. Com o remanejamento, os valores do fundo destinados à saúde e educação para 2026 sofrerão uma diminuição em comparação à divisão determinada para 2025. Por outro lado, a fatia da segurança deve aumentar.

Uma vez que os recursos destinados à saúde e à educação no Distrito Federal não são provenientes somente do Fundo Constitucional, as diminuições nas fatias do fundo destinadas às duas áreas podem ser compensadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, que será enviada à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) no dia próximo dia 15, e votada em dezembro. "É precipitado falar em perda. O que enviamos agora foi a proposta de redistribuição dos recursos do fundo, que são provenientes da

União. Mas o orçamento da saúde e da educação pode ser compensado com os recursos do tesouro local", explicou o secretário-executivo de finanças da Secretaria de Economia, Thiago Conde.

De acordo com o projeto enviado pelo GDF, em comparação com o orçamento do FCDF para 2025, a fatia destinada à educação diminuirá 6,21%, a fatia da saúde diminuirá 2,96% e a da segurança aumentará 13,29%. Além disso, como é normal acontecer, o valor real destinado ao fundo é sempre um pouco maior do que o considerado pela Câmara Legislativa (CLDF) ao aprovar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2026, o que aconteceu em junho deste ano. Após a aprovação, o valor real da Receita Corrente Líquida (RCL) da União foi um pouco maior do que a expectativa considerada na CLDF. Na nova distribuição dos recursos feita pelo GDF também previu uma redução nas fatias da saúde e educação.

"A composição dos dados para o PLDO 2026 se deu em abril de 2025, momento anterior ao cálculo projetado da proposta de aumento salarial das forças de segurança. Em junho de 2025, de posse dos números do impacto dessa recomposição e o

envio da proposta ao Executivo, tais números passaram a compor o valor global da dotação referente ao PLOA 2026 do GDF", explicou a Secretaria de Economia, em nota.

Segundo a pasta, ajustes técnicos estão sendo realizados neste momento pelas unidades responsáveis, no sentido de cumprir todas obrigações com a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação, e irão compor o PLOA 2026 — que será encaminhada para a CLDF em breve.

Ontem, o deputado distrital Gabriel Magno (PT) enviou ofício às Secretarias de Economia, de Saúde e de Educação questionando qual será o planejamento para cada área considerando a diminuição nos valores em comparação com o que foi destinado para este ano. "No meu entendimento, esta é uma proposta equivocada do governo. Os médicos deram greve ano passado, foi zero proposta. Os enfermeiros têm mobilizado também sem proposta, os odontólogos, várias categorias da saúde. Os professores saíram de uma greve com uma proposta muito aquém do que foi pedido", destacou.

Ao **Correio**, fontes do GDF informaram que ainda estão em tratativas com o governo federal e que os valores ainda não são definitivos.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Assembleia da PCDF decidiu, ontem, que negociação com o governo federal vai continuar

Nova proposta de reajuste

Durante ato na Esplanada dos Ministérios, o governo federal apresentou uma proposta de reajuste salarial de 24% à Polícia Militar (PMDF) e ao Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF). À Polícia Civil (PCDF), foi de 24,32%. No entanto, a categoria quer continuar negociando. Ontem, o Sindicato dos Policiais Civis (Simpol-DF) e o Sindicato dos Delegados de Polícia Civil no Distrito Federal (Sindepo-DF) se reuniram em assembleias e votaram a favor de manter

a mobilização em favor da paridade salarial com a polícia federal.

O governo havia oferecido inicialmente 18%, percentual já debatido em assembleia realizada na última quarta-feira. Os policiais civis, porém, votaram pela aprovação da contraproposta do sindicato, entendendo que ela está mais alinhada com os interesses dos policiais civis e com a luta histórica pela valorização. O pleito central é de que seja resgatada a paridade salarial com as Polícias Civis dos

ex-Territórios e com a Polícia Federal, condição histórica rompida há quase dez anos.

De acordo com o presidente do Simpól-DF, Enoque Venancio de Freitas, a nova proposta apresentada pelo governo federal demonstra um avanço e uma sensibilidade. "Os governos do presidente Lula sempre valorizaram os policiais civis do DF", ressaltou o sindicalista.

Com Ana Carolina Alves